

Nota Informativa

Edição 170/2024

DESTAQUES

Gonet prepara ação no STF contra lei que regulamentou as bets

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Hackers do bem: cybers simuladores estão entre os vencedores

Fazenda manda Anatel bloquear mais 1.443 sites de apostas

Criação de agência contra ataques cibernéticos ganha força em subcomissão

Desigualdade no acesso à internet domiciliar no Brasil caiu em 10 anos

Para Huawei, 5G Advanced deve impulsionar a era da IA móvel

Tecnologias para Indústria 4.0 ainda não são prioridade da manufatura brasileira, aponta pesquisa

REFORMA TRIBUTÁRIA

Anatel e prestadoras de telecomunicações de pequeno porte discutem impacto da reforma tributária no setor

Senado recebe projeto que cria o Comitê Gestor do IBS

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Pix - serão atualizadas as regras de segurança para novos dispositivos cadastrados

POLÍTICA

'Quero trabalhar para que Pacheco seja governador', diz Alexandre Silveira em meio a debates no PSD mineiro sobre 2026

PT pediu vaga no TCU para apoiar Hugo Motta e vai indicar próximo ministro, diz Lira

Comissão de processo estrutural no Senado aprova texto final

Projeto do governo altera LDO para viabilizar autonomia financeira de empresas estatais

Novo projeto limita crescimento e permite corte de emendas para cumprir arcabouço fiscal

SOCIAL

Mutirão de renegociação de dívidas com bancos começa na sexta (01)

Comissão aprova criação do selo Empresa Amiga da Justiça Social

DESTAQUES

Gonet prepara ação no STF contra lei que regulamentou as bets

Poder Judiciário | 01/11/2024 – 06h

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, deve apresentar nos próximos dias uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) junto ao STF (Supremo Tribunal Federal) contra a lei que regulamentou a operação das chamadas "bets" no país. O projeto foi aprovado pelo Congresso em dezembro do ano passado. Gonet vai argumentar, no entanto, que a lei não dá garantias suficientes para direitos básicos do cidadão, como à saúde, e é prejudicial à economia do país, por estimular gasto irresponsável. Além disso, ele aponta a necessidade de mecanismos mais eficientes de controle sobre possíveis fraudes e para evitar prejuízo a atividades como o futebol, uma vez que quase todas as equipes de ponta do país são patrocinadas por casas de apostas. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Hackers do bem: cybers simuladores estão entre os vencedores

Poder Executivo | 01/11/2024 – 13h

O Programa Hackers do Bem, uma iniciativa da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) com apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e em parceria com a Softex e o Senai-SP, selecionou quatro novos Grupos de Trabalho (GTs) para desenvolver soluções inovadoras para a formação em cibersegurança. Os projetos selecionados abrangem desde simulações práticas até plataformas de aprendizado gamificadas e têm o objetivo de criar ambientes de ensino a serem aplicados nos Pontos de Presença (PoPs) da RNP, proporcionando aos alunos uma experiência mais dinâmica e realista durante a etapa da Residência Tecnológica. Com essa iniciativa, os Hackers do Bem busca oferecer uma formação de alto nível, preparando os participantes para responderem a incidente em cenários de cibersegurança reais. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Fazenda manda Anatel bloquear mais 1.443 sites de apostas

Poder Executivo | 31/10/2024 – 19h17min

A Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda enviou à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) na quinta-feira (31) uma nova lista com 1.443 bets (sites de apostas) a serem bloqueados. Segundo a pasta, a medida tem como objetivo interromper atividades de empresas que não protocolaram pedido de funcionamento até 17 de setembro. Essa é a segunda lista negativa enviada à agência reguladora. A primeira, com 2.027 sites, foi enviada em 11 de outubro. Até agora, nem a Fazenda, nem a Anatel divulgaram a lista detalhada nas páginas dos órgãos. Após o envio da lista, a Anatel notificará cerca de 20 mil empresas de telecomunicações em todo o país (entre operadoras e

provedores de internet). Dessa forma, o bloqueio total dos sites levará alguns dias. No último dia 1º, o Ministério da Fazenda publicou a lista das empresas autorizadas a funcionar no país. Segundo a atualização mais recente, do último dia 18, são 219 bets de 100 empresas na lista nacional e 26 empresas nos seguintes estados: cinco no Paraná, quatro no Maranhão, uma em Minas Gerais, oito no Rio de Janeiro e oito na Paraíba. cinco no Paraná, quatro no Maranhão, uma em Minas Gerais, oito no Rio de Janeiro e oito na Paraíba. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Criação de agência contra ataques cibernéticos ganha força em subcomissão Poder Executivo | 31/10/2024 – 17h10min

Um dos países mais visados por ataques cibernéticos, o Brasil poderá criar uma estrutura de governança e compartilhamento de informações contra essas ameaças. A ideia tem ganhado força nos debates da Subcomissão Permanente de Defesa Cibernética. Na quarta-feira (30), o colegiado ouviu o comandante de Defesa Cibernética do Exército, o general de Divisão do Exército Alan Denilson Lima Costa. O militar defendeu mais investimento e modernização da infraestrutura nacional no setor e citou exemplos de outros países que estão implantando órgãos de governança para enfrentar esse novo desafio trazido pelo avanço das tecnologias. A subcomissão poderá sugerir, até o final do ano, a criação de um órgão de governança para o setor. O presidente do colegiado, senador Esperidião Amin (PP-SC), ressaltou a crescente necessidade dessa agência. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Desigualdade no acesso à internet domiciliar no Brasil caiu em 10 anos Poder Executivo | 31/10/2024 – 16h16min

O Brasil reduziu a desigualdade no acesso à internet domiciliar ao menor patamar registrado na história do país. Segundo levantamento do Cetic.br (Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação), a diferença entre as classes sociais A e D/E no que tange o acesso à rede em suas casas está na menor proporção já registrada pelo centro de estudos. Leia a [íntegra](#). Em 2015, apenas 15% dos domicílios mais pobres do país tinham internet contratada. Essa proporção aumentou para 68% em 2024. Já a proporção da classe A estava em 99% e fechou este ano em 100%. Ou seja, a diferença entre as classes caiu de 83 pontos percentuais em 2015 para 32 pontos percentuais em 2024. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Para Huawei, 5G Advanced deve impulsionar a era da IA móvel Mercado | 31/10/2024 – 13h11min

Em um período em que a Inteligência Artificial (IA) passa a permear diversas atividades da economia global, a indústria móvel terá um papel fundamental na promoção da tecnologia como serviço universal, de acordo com o vice-presidente sênior e presidente de vendas e serviços de TIC da Huawei, Li Peng. "Nesta nova era, veremos mudanças sobre como a informação é criada, compartilhada e usada. Essas mudanças devem representar novos desafios para as redes, mas também abrirão portas para enormes oportunidades no setor móvel", afirma o executivo. A avaliação sobre o cenário atual ocorreu em painel no Fórum Global de Banda Larga Móvel (MBBF 2024), que acontece nesta semana em Istambul, na Turquia. De acordo com projeção da companhia de inteligência de mercado IDC, 912 milhões de dispositivos terão a IA Generativa embarcada em todo o mundo até 2028, resultando em uma taxa de crescimento anual composta (CAGR) de 78,4% nos próximos quatro anos. Até 2030, portanto, os agentes de IA deverão processar até 120 vezes mais dados do que no presente, segundo o executivo. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Tecnologias para Indústria 4.0 ainda não são prioridade da manufatura brasileira, aponta pesquisa Mercado | 31/10/2024

Indústrias brasileiras têm como prioridade de investimento para o futuro segurança cibernética (67%), soluções em nuvem (63%), digitalização de processos (58%) e ferramentas mobile (57%), revela a 2ª edição do Índice de Produtividade Tecnológica (IPT) da Manufatura, estudo realizado pela TOTVS. As tecnologias mencionadas são as mesmas apontadas em 2019, na 1ª edição da pesquisa. Esses dados se referem ao Índice de Prontidão Futura (IPF), parte do estudo que avalia quais são os direcionamentos e investimentos futuros em tecnologia. Em 2024, o IPF das indústrias brasileiras registrou média de 0,53 – em uma escala de 0 a 1 –, enquanto em 2019 o índice ficou em 0,38. Apesar da evolução, que reflete o avanço na modernização da infraestrutura de TI – prioridade para 71% há cinco anos –, as empresas ainda não atingiram o patamar de Indústria 4.0. As tecnologias que guiam as empresas para a Indústria 4.0, como Inteligência Artificial/Machine Learning, sensores de IoT, robôs para tarefas de alto risco e realidade aumentada/realidade virtual, foram citadas como prioridade para menos de 50% dos entrevistados. Fonte: Tiinside

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Anatel e prestadoras de telecomunicações de pequeno porte discutem impacto da reforma tributária no setor

Poder Legislativo | 01/11/2024 – 14h35min

Enquanto a Câmara dos Deputados votava o Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/24 (segundo texto de regulamentação da reforma tributária), o conselheiro da Anatel e presidente do Comitê de Prestadoras de Pequeno Porte, Artur Coimbra, ressaltou, na quarta-feira (30) na abertura do Conecta Brasil 2024 na sede da Agência, que, apesar da Lei Complementar nº 194 de 2022 — que determinou a redução das alíquotas do ICMS para telecomunicações e resultou em uma ação da Anatel à época —, o Brasil ainda hoje possui uma das maiores cargas tributárias do mundo para empresas de telecomunicações. O PLP 108/24 aprovado na Câmara será agora analisado pelo Senado, este também já analisa o PLP 68/2024, aprovado em julho pela Câmara. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Senado recebe projeto que cria o Comitê Gestor do IBS

Poder Legislativo | 31/10/2024 – 18h15min

O Senado vai receber o projeto de lei complementar que regulamenta a gestão e a fiscalização do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), criado pela reforma tributária para substituir o ICMS (estadual) e o ISS (municipal). O projeto cria o Comitê Gestor do IBS, com representantes de todos os entes da federação, que vai coordenar a distribuição do imposto entre os estados e os municípios (PLP 108/2024). O projeto é o segundo texto de regulamentação da reforma tributária (Emenda Constitucional 132, de 2023). A votação do texto foi concluída na quarta-feira (30) na Câmara dos Deputados. O primeiro projeto (PLP 68/2024) já está em análise pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Ele trata das regras de unificação dos tributos sobre o consumo, das exceções tributárias e das normas para funcionamento do cashback. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Pix - serão atualizadas as regras de segurança para novos dispositivos cadastrados

Poder Executivo | 01/11/2024 – 14h48min

O Pix, serviço de pagamento instantâneo criado pelo Banco Central (BC), está ainda mais seguro a partir da sexta-feira, 1º de novembro, quando entram em vigor novas regras para o cadastro de dispositivos para a realização de transações. A partir dessa data, o usuário que quiser utilizar um dispositivo ainda não cadastrado para a realização de transações Pix – por exemplo, quando troca de celular ou de computador – terá que cadastrá-lo na instituição em que possui conta. Caso contrário, cada operação estará limitada a R\$200, até o limite de R\$1.000,00 por dia. Fonte: Banco Central do Brasil

POLÍTICA

'Quero trabalhar para que Pacheco seja governador', diz Alexandre Silveira em meio a debates no PSD mineiro sobre 2026

Poder Legislativo | 01/11/2024 – 03h30min

Em meio a discussões no PSD sobre quem seria o melhor nome para representar o partido na corrida ao governo de Minas Gerais em 2026, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, negou que queira disputar uma eventual indicação com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.— Entendo que se o presidente Rodrigo tiver disposição para fazer um bom combate para defender os interesses de Minas e a reeleição de Lula, terei alegria em trabalhar para construir a base da candidatura dele. Quero trabalhar para que ele seja o governador — disse o ministro ao GLOBO. Silveira frisa ainda que não há clima para qualquer disputa interna com Pacheco, a quem descreve como um quadro com “qualidades pessoais, políticas e intelectuais”. Segundo o integrante do governo federal, o presidente do Senado poderia “ocupar qualquer cargo na República”. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

PT pediu vaga no TCU para apoiar Hugo Motta e vai indicar próximo ministro, diz Lira

Poder Legislativo | 31/10/2024 – 23h

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse à Folha que foi fechado um acordo para que o PT indique um representante a uma vaga no TCU (Tribunal de Contas da União). Isso ocorreu no bojo das negociações para que o partido apoiasse a candidatura de Hugo Motta (Republicanos-PB) à presidência da Câmara, em eleição marcada para fevereiro. "O PT solicitou a indicação da bancada deles. Eles reclamam que politicamente nunca tiveram um representante no TCU. [Há o compromisso] com o PT, sim, de eles indicarem a vaga", afirmou. Com a aposentadoria de dois ministros do tribunal, duas vagas serão abertas até 2027, e a indicação de novos nomes pela Câmara entrou nas negociações. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Comissão de processo estrutural no Senado aprova texto final

Poder Legislativo | 31/10/2024 – 19h11min

A Comissão de Processo Estrutural no Senado aprovou na 5ª feira (31.out.2024) o texto final do anteprojeto da Lei do Processo Estrutural no Brasil, que vem sendo construído desde junho por magistrados e especialistas na área. Os integrantes do grupo analisaram todos os artigos em conjunto, propondo modificações e melhorias em um texto inicial do projeto proposto pelo relator da Comissão, o juiz Edilson Vitorelli, do TRF-6 (Tribunal Regional Federal da 6ª Região). O próximo passo é enviar o texto para o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para que ele delibere sobre seu andamento. Isso deve ser feito oficialmente até 12 de dezembro, data em que os trabalhos do grupo serão encerrados. Não há, no entanto, um prazo determinado para que o projeto comece a tramitar. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Projeto do governo altera LDO para viabilizar autonomia financeira de empresas estatais

Poder Executivo | 31/10/2024 – 18h48min

O governo enviou ao Congresso Nacional projeto (PLN 31/24) que cria um mecanismo para viabilizar a transição de empresas estatais que dependem do Tesouro Nacional para a situação de não dependência. O projeto altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024. De acordo com o governo, a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê autonomia gerencial, orçamentária e financeira à empresa estatal que firmar contrato de gestão com objetivos e metas de desempenho. Mas a regra não vem sendo aplicada porque não é tratada na LDO. “Dessa forma, pretende-se criar um caminho institucional de transição para que empresas dependentes possam adequar suas operações e promover a

geração de receitas próprias, de modo a alcançar a saída futura da dependência de recursos do Tesouro Nacional”, explica a mensagem que acompanha o projeto. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Novo projeto limita crescimento e permite corte de emendas para cumprir arcabouço fiscal

Poder Legislativo | 31/10/2024 – 15h37min

O deputado Rubens Pereira Junior (PT-MA) apresentou um projeto de lei na Câmara com propostas patrocinadas pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para mudar regras e destravar a liberação de emendas parlamentares, suspensas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A proposta limita o crescimento das emendas e permite o corte de recursos indicados por deputados e senadores para cumprir o arcabouço fiscal. O projeto da Câmara propõe um crescimento real de 2,5% por ano para as emendas parlamentares impositivas (individuais e de bancada), colocando o mesmo limite do arcabouço fiscal, e fixa um valor de R\$ 11,5 bilhões para as emendas de comissão em 2025, com ajuste apenas pela inflação nos anos seguintes, conforme o Estadão antecipou. Em 2024, essas emendas somam R\$ 15,5 bilhões, ou seja, seriam reduzidas. A fórmula foi concebida pela Casa Civil do governo Lula. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

SOCIAL

Mutirão de renegociação de dívidas com bancos começa na sexta (01)

Poder Executivo | 01/11/2024 – 11h27min

Durante o mês de novembro, pessoas que possuem dívidas com bancos e financeiras poderão negociar os seus débitos. Começa na sexta-feira (1º) o Mutirão Nacional de Negociação de Dívidas e Orientação Financeira, uma iniciativa conjunta da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Banco Central (BC), Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e dos Procons de todo o país com o objetivo de ajudar o consumidor a reequilibrar suas finanças. Na edição anterior, realizada em março deste ano, foram mais de 1,6 milhões de contratos repactuados. Na página do mutirão na internet é possível consultar a relação de bancos participantes. A ação segue até 30 de novembro. Podem ser negociadas dívidas no cartão de crédito, cheque especial, crédito consignado e outras modalidades de crédito contraídas de bancos e instituições financeiras, que estejam em atraso, não possuam bens dados em garantia e não estejam prescritas. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Comissão aprova criação do selo Empresa Amiga da Justiça Social

Poder Legislativo | 31/10/2024 – 17h57min

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprovou proposta que cria o selo Empresa Amiga da Justiça Social, a ser concedido a empresas que se destaquem em ações que favoreçam a empregabilidade, a redução de desigualdades e o respeito aos direitos dos trabalhadores. O selo terá validade de dois anos, podendo ser renovado continuamente. Para se habilitar ao selo, as empresas devem manter um ambiente de trabalho que respeite a integridade física e emocional dos trabalhadores, oferecer apoio a empregados vítimas de assédio e garantir igualdade de gênero nas oportunidades e remunerações. Além disso, devem adotar práticas de recrutamento inclusivo, investir na acessibilidade para pessoas com deficiência e cumprir normas ambientais. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)